

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO** -----
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. -----

----- **ATA NÚMERO DEZASSETE** -----
----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro reuniu no auditório da UACS – Casa do Comércio, sito na Rua Castilho número catorze, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência do seu Presidente efetivo, João Paulo Marques das Neves, coadjuvado por Paula Teresa Naia Fonseca Costa Correia Ribeiro, Primeira Secretária, e Inês Sofia Borges Silva, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Maria Elisa Manero de Lemos Rodrigues, Vitor Cândido Ribas Nobre José e João Pedro Serrano Mota Lopes. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem, João Carlos Silva Afonso e Maria Dalila Correia Araújo Teixeira. -----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS)** – Miguel Vaz Freire. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Sónia Carla Pinto Costa. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** - Hernâni Custódio do Carmo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Joana Filipa Lourenço Mira. -----

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- (Não se verificaram inscrições para intervir)-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que tiveram conhecimento de alguns problemas entre os trabalhadores da Junta de Freguesia, alguns funcionários e responsáveis e que tinha sido solicitada a intervenção do STAL, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, inclusive até já houve um contato por parte da responsável dos recursos humanos. O que lhe tinham dito era que parecia que o comportamento da Junta de Freguesia não tinha sido sempre muito correto com o próprio sindicato, não tinha sido adequado, nomeadamente em termos de respostas e reuniões. -----

----- Gostaria de saber o que se passava com os trabalhadores e com o sindicato, porque aquilo que lhe relataram foi que para além de não haver reuniões, que a própria responsável dos recursos humanos ligou para o sindicato e não teria sido da melhor forma. Portanto, era necessário haver aí um diálogo, como havia com o STML. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que houve sempre diálogo com o STML. Em relação ao STAL teria que perceber. -----

----- Uma pessoa estava de baixa e deu provas que estava alegre e contente noutros países. Não sendo baixa psicológica havia uma limitação muito grande desse tipo de atitude e foi-lhe movido um processo de averiguação, foi chamada, respondeu ou não isso não sabia, estava no foro das entidades. -----

----- Outro trabalhador faltou nesse dia à medicina do trabalho e outro trabalhador era uma questão de posicionamento, de não acatar as ordens de quem supostamente estava à frente da entidade à qual estava cedido e que era a CPCJ. Estavam a decorrer os trâmites. -----

----- A ligação com o sindicato era uma coisa diferente iria perceber o que se tratava. --

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que em relação aos trabalhadores não conhecia os processos, não sabia quem eram e não era isso que estava em causa. Era a relação com o sindicato que parecia não ter corrido muito bem. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que iria no dia seguinte ver o que se passava.

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que ia fazer uma intervenção um bocadinho longa, mas era para fazer o histórico, para perceberem todos do que estava a falar. Sentia mesmo necessidade de fazer um pouco essa história e iria falar sobre o direito à mobilidade na Freguesia. Não era o direito ao estacionamento, que era diferente, era o direito à mobilidade. Já tinham falado sobre isso, mas tinha dito que iria colocar ali. -----

----- A população da Freguesia andava na ordem dos 12 mil residentes, grosso modo, a que acresciam cerca de 250 mil pessoas que todos os dias passavam por ali, que trabalhavam ou ali permaneciam. Tinha perguntado ao Senhor Presidente da Junta quantos lugares de estacionamento a EMEL ali tinha organizados e ele falou que era na ordem dos 4 mil e também dizia que, segundo os cálculos da Junta, 60% dos 12 mil residentes teriam viatura própria, ou usavam. Estavam a falar de 7200 mil viaturas para 4 mil lugares de estacionamento. -----

----- Era óbvio que ninguém aspirava a ter um lugar de estacionamento para 24 horas por dia à porta, não estava a reivindicar isso e ninguém devia reivindicar isso, mas significava que com esses números, que podiam não ser rigorosos, mas eram referências, havia um défice de 3 mil lugares de estacionamento na Freguesia. Esse era logo um défice à cabeça e constituía um problema que tinham de saber viver com ele, não havia para todos um lugar de estacionamento e tinham que gerir esses 4 mil lugares pelas 7200 viaturas. -----

----- O problema era que a EMEL, quando atribuía dísticos de residente fazia-o a 7200 viaturas, mas na verdade só tinha 4 mil lugares, já estava a vender dísticos aos residentes de lugares que não tinha. Essa era a primeira venda aos residentes. -----

----- A segunda venda era que a EMEL pegava nesses 4 mil e também vendia os dísticos às empresas, aos serviços que estavam na Freguesia. Continuava a vender os mesmos lugares que vendeu aos residentes. -----

----- Depois ainda tinha uma terceira venda e que tinha a ver com a rotação que era feita ali. Portanto, o modelo de negócio da EMEL era o overbooking, vendia os lugares que não tinha e recebia por esses lugares um valor às pessoas que compravam, mas não tinham. -----

----- Significava que os residentes, que pagavam os seus impostos municipais, que pagavam o segundo dístico ou o terceiro, já que o primeiro era gratuito, quando compravam esse dístico andavam na Freguesia e como todos podiam ver não havia estacionamento, o que os levava a procurar soluções alternativas nos parques privados ou a adquirir avenças nos parques da EMEL quando eles existiam e assim acontecia na Freguesia. Havia um parque na Rua Sousa Pinto que cobria aquela zona, tanto a Artilharia 1 como a própria Rua Sousa Pinto, que era um parque privado construído no edifício da Deloitte e que existia há cerca de nove ou dez anos. -----

----- Na altura em que o parque foi construído houve uma enorme contestação pelos moradores e muita gente fez documentos e abaixo-assinados porque a Câmara de então autorizou ali a ida de cerca de duas mil pessoas para os escritórios da Deloitte e para os outros escritórios ao lado sem fazer acessibilidade, sem criar estacionamento e sem exigir estacionamento. Houve de facto ali uma contestação por parte daqueles moradores e na altura a Câmara negociou com esse promotor privado uma oferta pública para o estacionamento e, bem, negociou também uma bolsa para os residentes.

Não tinha certeza de quantos lugares eram, falavam em 100 ou 120 lugares, não tinha a certeza.-----

----- Naquele parque havia uma oferta pública para quem entrava e cada residente, como não tinha estacionamento, adquiriu essa avença no próprio parque. No fundo, os residentes foram confrontados com o facto de não terem e de procurarem essa solução alternativa, outros procuravam outras soluções. Portanto a EMEL, que fazia gestão desse parque, deu um contributo grande nos últimos quinze dias aos residentes da Freguesia que tinham os seus dísticos e não tinham estacionamento porque cada vez havia mais carga na Freguesia e a EMEL cada vez vendia mais dísticos. Isso constituía um problema para quem ali morava.-----

----- A EMEL entendeu então dar um contributo à resolução desse problema e enviou, em novembro de 2019, uma comunicação assinada pela diretora de gestão de clientes, o residente passou a ser um cliente e não residente, a anunciar no parque Sousa Pinto um novo produto que englobava uma avença exclusiva para residentes com o lugar disponível 24 horas por dia e uma tarifa de 46 euros. Subia a tarifa, mas não era o que estava em causa. Isso contra a entrega do dístico de residente. Portanto, as pessoas tinham uma tarifa no parque, mas tinham que entregar o dístico para residente.-----

----- Esse produto não era nada novo, ele já existia há dez anos, chamava-se avença de residente. A EMEL numa lógica bem comercial fez um rebranding, mudou a marca, mas não era de facto um novo produto. Ia dizer que havia uma avença a que chamavam R24, mas para continuarem ali perdiam o direito a circular na Freguesia, entregavam o dístico e perdiam o direito nas deslocações do supermercado, da farmácia, dos ginásios, o que fosse, e passavam a pagar para circular na Freguesia em todos os lugares onde iam, porque tinham um parque onde podiam estacionar.-----

----- Ganhava-se o direito ao estacionamento, mas perdia-se o direito à mobilidade. Isso para si era algo inovador. Havia um regulamento que foi aprovado na Assembleia e onde estava o Senhor Presidente, era o Regulamento Geral de Estacionamento de 2020 e que atribuía ao residente o direito a estacionar nas zonas de duração limitada mediante uma tarifa que estava no anexo, valor para o primeiro, segundo e terceiro sem limite de tempo. O regulamento que foi aprovado na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal dava o direito ao residente de circular na sua Freguesia pagando um determinado valor e na verdade não tinha esse estacionamento nem essa possibilidade.

----- Depois havia um artigo 28 a estabelecer que também podia circular numa zona adjacente, mas onde também não havia lugar e, portanto, não valia a pena estarem a dizer que havia lugares na zona adjacente porque não havia lugares em lado nenhum. Não havia porque existia o overbooking na venda. A EMEL podia dizer que nessa zona, como não conseguiam ter mais estacionamento era exclusiva a residência, mas não o fazia, estava no mercado sempre a vender e sempre a entrar dinheiro.-----

----- Não encontrava nesse regulamento que foi aprovado na Assembleia nenhuma referência à obrigatoriedade da devolução do dístico que era conferido aos residentes por direito próprio em função de uma avença que o residente ia adquirir porque não tinha espaço na rua. Isso era um circuito, ia para o parque porque não tinha espaço, mas quando estava no parque diziam-lhe que ia deixar de ter o seu dístico. Estava nesse caso e mais pessoas que também foram confrontadas.-----

----- Até aí estava a falar do que a EMEL ia dizer, não era produto novo nenhum, que já existia, tinha outra marca e tinha um custo superior, não estava isso em causa, mas devolvia o dístico.-----

----- Havia outro facto, esse bastante insólito e que até a preocupava bastante nessa ordem da EMEL. Havia um formulário de adesão à nova avença em que eram apresentadas as condições para as pessoas usarem aquele parque. Eram 24 horas, tinha

um dispositivo, havia livro de reclamações e um funcionário, uma série de itens sobre a RGPD, isso era o normal, mas depois não era normal na parte final ser solicitada uma declaração de aceitação sem reservas das condições de utilização desse serviço. A fórmula era a seguinte: “Declaro ter conhecimento e aceito sem reservas as condições de utilização do serviço avença residente 24.”-----

----- Salvaguardando as devidas distâncias, isso fazia lembrar uma declaração que se assinava antigamente quando se ia para a administração pública, “declaro nunca ter pertencido ao Partido Comunista nem nunca ter ouvido falar”. Parecia-lhe uma declaração por parte de uma entidade pública algo preocupante. Dava a perceção de haver alguma coisa que podia merecer reserva nessa declaração. -----

----- Era bastante insólito que uma empresa municipal não pusesse nesse documento que o caro residente, não era cliente, ia devolver o dístico nos termos do regulamento tal, da alínea tal do artigo tal aprovado na Assembleia. Era assim que devia ser, porque podia até não concordar, mas o Presidente da Câmara que foi eleito, não por si, mas respeitava a democracia, se dissesse à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal que quem tinha uma avença num parque teria que devolver o dístico, isso aceitava, foi deliberado nos órgãos. O que não aceitava era que uma empresa municipal fosse dizer em nome não sabia de quem que ia aceitar isso e declarar sem reserva, o que era uma coisa altamente preocupante. -----

----- Não identificava nos poderes da EMEL atribuições para suspender um dístico por assinatura de uma avença, para um novo produto que eles vendiam, quando esse direito estava claramente expresso no regulamento municipal que foi aprovado nos dois órgãos municipais a quem reconhecia legitimidade.-----

----- A EMEL ia pegar nesses dísticos porque eram mais rentáveis, porque quando vendiam aos residentes eles tinham baixos custos, e iriam continuar a vendê-los, agravando o problema e levando mais estacionamento para a Freguesia. Não havia nenhuma solução para a mobilidade a dizer que podia haver outras soluções de um dístico de residente mais uma avença noturna. As soluções podiam aparecer, mas era pelos canais onde essas coisas eram deliberadas. -----

----- A pergunta que queria fazer ao Senhor Presidente era, estando em vigor esse regulamento geral do estacionamento de 2020, deliberação 389/AML/2020, que conferia aos residentes o direito de circular na sua Freguesia naquelas condições, saber se a EMEL informou a Junta e o Senhor Presidente dessa medida e, se informou, qual foi a sua posição. Se ignorou, se resolveu mandar à diretora da gestão de clientes, que enviou essa carta aos residentes a dizer qual era o valor e que as condições eram essas, queria que o Senhor Presidente fizesse uma diligência junto da EMEL a perguntar qual era a deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que legitimava essa ordem da EMEL. -----

----- Não podiam enquanto eleitos permitir que um serviço, fosse ele qual fosse, pudesse dar esse tipo de ordens. Essa era mais uma medida, do seu ponto de vista e de muitos outros fregueses e de todos, era um ato muito hostil aos residentes porque dava a perceção que não sabiam como era a vida atualmente de um residente na Freguesia, que tipo de pessoas andavam ali. Dizer que andavam de bicicleta ou punham o lugar no parque e depois andavam às compras com sacos a arrastar era não perceber nada disso. -

----- Não podiam continuar nessa política de facilitar os autocarros turísticos que estacionavam ali na Rua Sousa Pinto, aos quatro e aos cinco à espera dos clientes dos hotéis, ou os tuk-tuk, ou os TVDEs, e empurrar os residentes para essas situações. Só porque tinham uma avença num parque iam começar a pagar quando fossem ao Pingo Doce ou à mercearia do Senhor Zé. -----

----- Lamentavelmente a EMEL perdeu a sua vocação de empresa que tinha o foco no residente quando foi criada, algures nos anos 90 do século passado, tinha o foco no residente e não no cliente. Agora a EMEL tinha a vocação no cliente e, aliás, todos os documentos diziam isso mesmo. Todos tinham a noção e sabiam que o mundo mudou, a cultura do carro era aquilo que era, mas se queriam residentes na Freguesia e na cidade não tinham o direito de andar a dizer às pessoas como faziam a sua mobilidade, se era a pé, de carro ou de bicicleta. Cada um tinha o direito a escolher como se movimentava na Freguesia e não podia ser uma empresa sem legitimidade a dizer que andavam a pé ou tinham que pagar cada vez que fossem comprar um quilo de arroz. Estava a fazer ironia, mas quando iam às compras ou ao ginásio, ou levar os filhos ou netos aos tempos livres, era uma coisa que não podiam permitir. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que nessa percentagem havia também as pessoas que tinham estacionamento próprio. Ainda havia uma percentagem deles que ali em particular, ali na Avenida onde viviam essas pessoas que tinham esses prédios mais modernos e muitos com estacionamento, não padeciam se calhar desse tipo de coisa. -----

----- No seu próprio caso era residente e tinha dístico da EMEL em casa, sabia muito bem o que se estava a falar. Vivía ali mesmo junto à Baixa e a luta diária com os tuk-tuk era uma coisa impressionante. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que a Membro Maria Dalila Araújo tinha considerado o assunto muito importante, mas no mandato anterior tinha estado à procura de um lugar de estacionamento 24 horas, antes do atual Presidente ser eleito. Tivera o mesmo problema. Era na Rua do Salitre e também teria que entregar o seu dístico. Era o modus operandi anterior a esse mandato. -----

----- Em relação à mobilidade, queria só tecer algumas considerações. Não podiam ter o sol na eira e a chuva no nabal e sendo a Freguesia cheia de transportes, porque era, nesse momento tinham duas linhas de metro a passar, tinham transportes para todo o lado e recentemente foram inauguradas mais duas linhas, o 22 e o 44. Partindo da Avenida da Liberdade nesse momento tinham para Campo de Ourique, para a Damaia e para toda a zona leste da cidade. Por isso, quem morava ali, ou deixava o carro na rua ou vendia o carro, era uma questão de escolha. -----

----- Eram quatro em casa e tinham só um automóvel porque exatamente eram outros tempos. Lembrava-se que há 20 anos, quando morava no Porto, eram cinco e havia cinco carros. Essa realidade teria que acabar, ou não estariam a financiar com o Orçamento de Estado passes. Tinham que pensar numa outra realidade e outra versão, porque quando tinha ido para ali em 2018 não havia Uber, não havia algumas linhas de autocarro. -----

----- Se era exigível toda a gente ter um estacionamento, não era, porque achava que essa zona até devia ser fechada ao trânsito. Em qualquer capital europeia não se viam carros e, portanto, nesse momento podiam escolher ser um país da Europa ou ser um país de África. Sabia que essas coisas eram difíceis, dizer que tinha de vender o carro, mas se tivesse que ser vendia o carro e alugava um carro para ir aos fins de semana passear, se calhar até ficava mais barato, mas não podiam querer ter lugar de carro, ter sensibilização climática e ser uma cidade verde, como por exemplo Guimarães ou Águeda. -----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que a questão colocada pela Membro Maria Dalila Araújo era de como seriam tomadas as decisões e implementadas em termos de mobilidade, mas estava totalmente de acordo com aquilo que disse a Membro Maria Elisa, que de facto havia que mudar e tomar decisões nesse sentido. -----

----- Aproveitava para perguntar porque havia a ZER e já nesse mandato disseram que se estava a estudar uma nova intervenção no sentido de limitar o trânsito, que não seria bem a área da ZER, mas coincidia com parte da Freguesia de Santo António. Queria perceber se esse estudo estava a avançar ou não, porque para os moradores de uma Freguesia no centro da cidade era necessário que houvesse limitações a quem ia de outras zonas da cidade e do país. A ZER tinha esse objetivo, foi mal interpretada, as pessoas tinham sempre uma reação epidérmica a essas questões, mas queria saber se havia alguma informação sobre esse estudo e sobre esse processo. -----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que queria só responder à Membro Maria Elisa Rodrigues, porque estava de acordo com isso tudo. Não era isso que estava em causa, eram decisões democráticas e não reconhecia à EMEL competências políticas, isso era um ato político. -----

----- Ia do mandato anterior e não avançou porque houve uma queixa no Provedor de Justiça e recuaram. Quem não entregou não entregou. Era verdade que foi no mandato anterior, mas preferia que os órgãos municipais se pronunciassem sobre isso, o que não queria era uma empresa municipal, um serviço qualquer a tomar decisões e a chamar-lhe cliente, a dizer que tinha uma avença e agora ia entregar o dístico. -----

----- Se houvesse um regulamento aprovado na Câmara entregava o dístico, não tinha problema nenhum e percebia isso, mas as decisões eram políticas e tinham órgãos próprios, elegeram pessoas. Era isso que estava em causa. Estava a falar na mobilidade na Freguesia, não estava a falar nas idas para a Baixa, que claro havia muitos transportes. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em relação a esse assunto tinha indagado a EMEL, quando a Membro Maria Dalila Araújo lhe contou isso na reunião do direito de oposição. Enviaram-se para lá perguntas e ainda não responderam, mas tinha dito que mandava uma mensagem assim que tivesse uma resposta. Se tivessem a carta que enviaram podiam deixar, que aproveitava. -----

----- Em relação à zona ZER, o que sabia era que foi feito o estudo e seria feito um projeto piloto no próximo ano. Salvando o erro, seria do último quarteirão da Freguesia para a Baixa e não sabia dizer ainda os moldes do projeto, mas era um projeto piloto para ir fazendo gradualmente, ia-se fechando a ver como corria. A ideia final seria acabar no quarteirão da Praça da Alegria e a partir daí ter outro tipo de intervenção. Era o que sabia nesse momento e não sabia dizer mais nada, era um projeto piloto para a Baixa que começava em Santa Maria Maior e haveria de se estender para o lado de Santo António. Achava que não chegaria ao Príncipe Real, ficaria até São Pedro de Alcântara. -----

----- Propuseram e andava para lá, mas eles estavam mais dedicados a esse, que para a Rua de São Bento e a Rua da Escola Politécnica teria que haver uma solução, não podiam ter dois sentidos, uma podia entrar e a outra podia sair, mas os senhores que percebiam disso que dissessem como isso iria ser feito. -----

----- **Membro Catarina Homem (PS)** disse que estava a decorrer uma petição, que o Senhor Presidente da Junta devia ter conhecimento, para a reposição do brinquedo da escola de São José. Não havia brinquedo no recreio há quase um ano e foram contactados pela associação de pais... -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era estranho porque em relação ao brinquedo eles sabiam as respostas que já lhes deram. O brinquedo tinha essa história desde março porque efetivamente era o original e tinha que ser repostado pela Câmara e a Junta poder manter. Entretanto, andou na Câmara de um lado para o outro e a Vereadora tinha-lhe dito há pouco que estava a ser ultimado o CDC para passar para a Junta e colocar o brinquedo, era só uma questão do CDC estar feito e aí seria a consulta de

mercado e pôr. Já lhes tinha dito isso, nesse dia de manhã disse a mesma coisa e tinha falado com a Vereadora à tarde. Antes de março estava resolvido. -----

----- Disse que gostava de dar algum tempo, se calhar na próxima Assembleia, mas pedia talvez ao PCP que houvesse um voto para a Celeste Caeiro. Sabia toda a história da Celeste, era amigo da Celeste. Aliás, achava que era de comum acordo e gostaria que fosse a essa Assembleia um voto de pesar em relação à Celeste Caeiro, porque era mais do que merecido a alguém que tinha o seu nome na história da revolução em Portugal com um simples gesto de paz, um gesto de liberdade. Estava a pedir à Membro Sónia Costa porque não queria que fosse outra pessoa, até pela consideração que tinha pelos eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia. Sabia que comungavam da mesma opinião nesse aspeto e era mais do que merecido que essa Assembleia de Freguesia tivesse um voto do PCP para ir ali e ser votado por todos. -----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Moção** -----

“----- *Pela não alienação do património do Estado e pelo seu uso para a criação de casas de renda acessível* -----

----- *O Governo pretende vender 19 imóveis do Estado, situados em Lisboa, em 2025. A totalidade destes imóveis ocupa uma área de 96 mil metros quadrados, ou seja, imóveis com a capacidade de serem reabilitados e criarem 1000 casas de habitação pública a preços acessíveis em Lisboa. Nesta lista encontramos um imóvel na freguesia de Santo António, no Largo do Rato, com uma área bruta de 2519m2.* -----

----- *Esta estratégia de alienação do património público é errada, porque retira ao Estado ferramentas para enfrentar a crise na habitação e porque alimenta a especulação imobiliária, contribuindo, isso sim, para a subida do preço das habitações.*

----- *O Orçamento de Estado para 2025 prevê a descida de vários impostos, nomeadamente às grandes empresas e às pessoas com maiores rendimentos, pelo que a alienação de património público para financiar essa descida de impostos é alimentar a desigualdade social.* -----

----- *Pelo contrário, esses imóveis devem ser postos ao serviço das pessoas, criando habitação a preços acessíveis para as pessoas com rendimentos baixos e médios.* -----

----- *Assim, perante o exposto, propomos que a Assembleia Freguesia de Santo António se posicione a favor de:* -----

----- *1. A não alienar património público com capacidade de se tornar habitação a preços acessíveis.* -----

----- *2. Reabilitar o património público para criar casas com rendas acessíveis para as pessoas com rendimentos baixos e médios.* -----

----- *Lisboa, 17 de dezembro de 2024.* -----

----- *Pelo eleito do Bloco de Esquerda, Hernâni do Carmo* -----”

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não tinha a localização do imóvel e com 2500 metros quadrados perguntava se era a sede do PS...-----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** respondeu que era o número 1 do Largo do Rato, antigo edifício da Segurança Social. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que começou a ser negociado entre a Câmara e o Ministério da Administração Interna a nova esquadra para o Largo do Rato, mas não era aí.-----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** referiu que o Bloco de Esquerda pediu uma lista dos 19 imóveis e um deles era esse. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que ficavam a saber e ia pedir já isso para a Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que percebia a moção no sentido de terem as casas, mas nem todos os edifícios do Estado eram adequados para fazer casas de habitação a preços acessíveis ali. Não era arquiteto nem engenheiro, mas nem todos os imóveis do Estado, lá por existirem, eram adequados para fazer esse tipo de coisas, mas iria deixar ao debate. -----

----- Não era contra nem a favor de se venderem coisas do Estado que fizessem sentido, mas para transformar isso em preço acessível tinha que ter construção a preço acessível. Ainda por cima no centro da cidade não era um preço por metro quadrado... imaginassem um palacete do século XVII, não era facilmente transformável, era difícil de internamente fazer qualquer coisa ali. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que agora ia ser mauzinho, chamava-se o Aires Mateus e ele matava mais qualquer coisa em vez de fazer casas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que a sua dúvida era se seria adequado nesse sítio, se calhar faziam-se muito mais casas noutra sítio. Era só esse o argumento e mais nada. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que quando se tinha um palácio existia um certo tipo de orientações que nenhum condomínio de preço acessível tinha para depois fazer o restauro. Um condomínio de preço acessível tinha normas e nunca poderia ser num antigo palacete, que estava sob tutela dos museus. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que não conseguiriam chegar a grande conclusão, mas ficaram a notar que havia na Freguesia algo que não sabia que existia e nem estava a perceber o que era. Havia uma ideia que seria a sede do PS, mas que era só uma ideia má. -----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Pela não alienação do património do Estado e pelo seu uso para a criação de casas de renda acessível”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 7 votos contra (PSD e CDS-PP), 4 votos a favor (2PS, PCP e BE) e 1 abstenção (PS)-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS -----

----- Aprovação da ata número 16, relativa à AF Ordinária de 30 de setembro de 2024;

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 16**, com a correção assinalada, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. ---

----- **Membro Catarina Homem (PS)** disse que na ata constava a Eleita Joana Mira da IL como estando presente e sabiam que não a viam ali há três anos e dizia consecutivamente que ela estava presente. -----

----- Na última sessão tinha pedido para fazer essa verificação, porque na sua opinião e perante Lei a Senhora já tinha perdido o mandato, mas isso tinha que ser comunicado a quem de direito. -----

----- **Ponto 1 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 1597-AF referente a CDC com o Município de Lisboa – AAAF e CAF 2024-26;** -----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que a sua intervenção não era propriamente sobre esse CDC, era sobre um anexo 4. Esse contrato tinha documentação e entre ela um anexo 4 que se chamava "acordo de tratamento de dados". A Câmara mandava para a Junta e para aprovarem ali na Assembleia, porque para esse efeito era o órgão máximo da instituição e sobre esse anexo queria fazer duas ou três notas. -----

----- Já tinham falado ali sobre esse tema, pensava que no ano passado, quando ali foi esse CDC. Depois não sabiam como ficou, se o Senhor Presidente assinou ou não esse acordo. Não conseguira ver se ele era igual ou se teve alterações. -----

----- Não tinham nada contra esse acordo, ele resultava da Lei e devia ser aplicado, devia proteger os dados das crianças, devia proteger o RGPD, não estava nada disso em causa. O que estava em causa era que quando olhavam para as cláusulas desse acordo, na cláusula décima, os pontos 1, 2 e por aí fora, ficava claro que a Câmara estava a responsabilizar a Junta na assinatura desse anexo por um conjunto de medidas técnicas e organizativas, tecnológicas, operacionais, que tinham a ver com a resiliência do sistema informático onde esses dados iam ficar alojados. -----

----- Olhavam para isso, era o RGPD e ficava tudo do ar, mas isso não era verdade. Atualmente a legislação era muito severa com esses temas e bem. Esse acordo remetia para legislação europeia, remetia para uma resolução do Conselho de Ministros, Resolução 41/2018, que obrigava a administração pública e se olhassem para o anexo dessa resolução ficavam assustados com as exigências que eram impostas à administração pública, a concretizar num prazo que estava definido e que já entrou em vigor, naquilo que nas redes da própria administração pública era obrigada a ter nos seus sistemas para proteger a informação.-----

----- Atualmente isso era para as empresas e para administração pública e sabia bem, por experiência própria, o consumo de recursos financeiros e humanos que esses sistemas tinham. -----

----- O que estava ali em causa era a transferência de uma responsabilidade que estava na Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, para proteger os dados dessas crianças. Imaginava que tivesse fotografias, os nomes e os nomes dos pais, isso tudo, obrigando a Junta a um investimento significativo no seu sistema informático, a recursos humanos, a auditorias. Bastava ver a legislação que estava referida no acordo para perceber que a Junta não tinha capacidade para fazer isso. -----

----- Aconselhava também a ler a Lei 46/2018, que era o Regime Jurídico da Segurança no Ciberespaço, onde estava claro que responsabilidades havia nas pessoas responsáveis ao nível de topo pelo não cumprimento o pela negligência. Era sempre muito fácil serem acusados de negligência. Não fizeram porque não tinham pessoas nem recursos financeiros, mas isso não interessava, não fizeram e foi negligente e os dados das crianças apareceram numa *dark web* qualquer. -----

----- Esse era um tema sério e achava que a Câmara podia transferir esses dados para a Junta, tinha era que transferir com recursos financeiros e não o fazia. Não fazendo, estava a responsabilizar o Senhor Presidente e todos individualmente, porque isso tinha responsabilidade civil, criminal e coimas elevadíssimas pelo não cumprimento. -----

----- Da sua parte estava de acordo e votava favoravelmente o CDC, mas não votariam esse anexo 4 porque a responsabilizava a si enquanto eleita nessa Assembleia e todos os outros.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que estavam preparados e a prepararem, ainda sabia o respetivo envelope financeiro. Ele estava a ser ultimado com a Câmara Municipal e todas as Juntas para acompanhar esses tempos. O que podia dizer nesse momento era que, à imagem do que ali estava escrito, a transferência de dados para a Junta de Freguesia nos CAFs era mínima. Não tinha foto, não era permitida foto. Isso exatamente para salvaguardar as Juntas de Freguesia do efeito nesse espaço temporal enquanto estava a negociar o envelope financeiro.-----

----- Estavam a cumprir todos os requisitos que eram ali pedidos para proteção dos dados e não estava a ser barato. Levava esses alertas muito a sério, mas estavam a preparar e a negociar o envelope financeiro com a Câmara. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, no fundo, isso era uma “pescadinha com o rabo na boca”. Por um lado viam a transferência de uma responsabilidade para o lado da Freguesia, mas por outro lado se não aceitassem também não conseguiam fazer nada. Era um bocadinho aquilo que sentia, mas compreendia, também trabalhava na área da informática e da banca e sabia muito bem do que estavam a falar, as dores que todos sentiam no dia a dia e o risco que corriam. --

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o documento era um todo, ele não podia ser separado do seu anexo. No seu entendimento faria uma declaração de voto porque esse documento não podia ser separado, ou não era válido na Câmara. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que lhe parecia fazer todo o sentido e até para ter a noção de que isso não era um tema que dissesse respeito à Freguesia, era muito mais abrangente. Essas dores eram partilhadas pelas Freguesias todas e se calhar por muita da administração pública.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que tinham que provar ter sido aprovado em Assembleia Municipal para ir à Assembleia de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 1597-AF referente a CDC com o Município de Lisboa – AAAF e CAF 2024-26**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, PS e CDS-PP) e 2 abstenções (PCP e BE) -----

----- **Ponto 2 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 1638 AF referente a Ratificação da 1ª adenda ao CDC com o Município de Lisboa – reabilitação Lago Tejo;** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que não tinha estado presente na Assembleia de Freguesia anterior e supostamente a pessoa que a devia substituir teve um problema e também não conseguiu ir.-----

----- Iriam votar contra porque era entendimento do PCP que o Lago Tejo na Avenida da Liberdade, a sua reabilitação deveria ser resultado de um trabalho de requalificação dos lagos e não de um lago específico desligado das outras realidades. Só fazia sentido a reabilitação pela Câmara Municipal e não pelas Juntas de Freguesia, daí o voto contra a reabilitação do Lago Tejo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 1638_AF referente a Ratificação da 1ª adenda ao CDC com o Município de Lisboa – reabilitação Lago Tejo**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e BE) e 1 voto contra (PCP) -----

----- **Ponto 3 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 1645 AF referente a Nomeação da Sociedade Revisora Oficial de Contas para 2025;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 1645_AF referente a Nomeação da Sociedade Revisora Oficial de Contas para 2025**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, PS e CDS-PP) e 2 abstenções (PCP e BE) -----

----- **Ponto 4 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 1643 AF referente a Documentos previsionais da Freguesia de Santo António (Lisboa) para 2025;** -----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que tinham um Orçamento de 5.768.283 euros, menos 2.12% relativamente a 2024, menos 125 mil euros. Estavam a falar do Orçamento inicial e não depois do saldo.-----

----- Já tinha dito ao Senhor Presidente, na reunião de audição à oposição, que desde que a sua coligação estava na Câmara a Junta de Freguesia ia perdendo dinheiro. Com o doutor Medina no último mandato teve 6.6 milhões e depois foi sempre a descer. Logo em 2022 com o início do novo ciclo teve 5.8 milhões, menos 800 mil euros, em 2023

continuava a descer para 5 milhões, menos 700 mil. Em 2024 teve um acréscimo, mas não foi transferência da Câmara, foi um aumento da DGAL e teve ali mais 800 mil euros e agora voltava a cair com menos 125 mil euros, mas longe dos 6.6 milhões que tinha com o doutor Medina. Portanto, achava que o Senhor Presidente ficou a perder e a Freguesia também. Nesses quatro anos, até ao final do próximo ano a Freguesia iria perder nas transferências da Câmara. -----

----- Em termos de receita tinha feito o histórico e estavam com um Orçamento de menos 125 mil euros. -----

----- Nas questões sobre a despesa começava pela despesa com pessoal, que tinha uma redução de 649 mil euros. Para 2025 estava prevista uma despesa de 2.799.000 quando em 2024 era uma despesa de 3.444.195 euros. O mapa de pessoal de 2024 era de 91 trabalhadores e o de 2025 tinha 86, não era por aí que se justificavam os 600 mil euros a menos. Imaginava que também não fossem despedir pessoas e podia concluir que estavam a reduzir 600 mil euros, mas cresciam na aquisição de bens e serviços. Era uma leitura possível e que depois o Senhor Presidente diria se essa leitura estava correta, porque 600 mil tinha materialidade na redução e quando olhava para a despesa na aquisição de bens e serviço ela crescia 567 mil euros, mais de meio milhão de euros, 26% e essencialmente em trabalhos especializados. -----

----- Esse crescimento depois ia refletir-se nas unidades orgânicas e também queria perguntar o que justificava esse crescimento. Na dotação da comunicação passava de 20 mil euros para 76 mil euros. Na cultura também havia um aumento de 18 mil para 157 mil, mais 139 mil euros e queriam ter visibilidade de que projetos estavam ali incluídos para justificar esse aumento. Na ação social o crescimento também era material, tinha mais 247 mil euros. Na educação passava de 16 mil euros para 105. Com certeza que teriam projetos para justificarem isso. -----

----- Nos espaços verdes tinham um crescimento, que estava justificado com o CDC do Lago Tejo, mas não percebiam a redução com pessoal e a aquisição de bens e serviços em mais de meio milhão de euros e depois esse aumento de verbas na comunicação e na cultura, embora o Senhor Presidente depois, no seu texto, dizia que o aumento dessas verbas tinha a ver com o facto de parte dos serviços serem pagos no primeiro semestre, mas a ser verdade não valia a pena pôr essas verbas todas se não tivesse em mente os projetos e iniciativas que iriam executar essa receita. -----

----- Não tinha conseguido concluir sobre a execução da receita, porque não mandaram os mapas da despesa, a execução orçamental...-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que ia na informação escrita. -----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que costumava fazer uma leitura cruzada com aquilo que se executava e com o Orçamento, mas devia ter feito uma confusão qualquer porque não via esses documentos. -----

----- As perguntas eram essas, redução de custos com pessoal e a cultura e comunicação.

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que, entretanto, a Membro Maria Dalila Teixeira falou em coisas que os dados eram exatamente os mesmos que recolheram, o que significava que deviam estar mais ou menos certos porque não falaram uma com a outra. -----

----- Se olhassem para algumas despesas em relação aos totais dos gastos, pelo seu conteúdo era importante tentar perceber o que se passava, nomeadamente a comunicação e a cultura. Na comunicação estavam a falar de quatro vezes mais, na cultura estavam a falar em aproximadamente nove vezes mais. Isso numa altura em que iria haver a campanha eleitoral e não sabia se eram atividades para o início do ano ou não, por isso era importante saber a razão dessas diferenças. -----

----- Em relação às despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços, a análise que foi feita era exatamente aquela que fazia. Nas despesas com o pessoal havia menos 649 mil euros, na aquisição de bens e serviços mais 566 mil euros. Essas eram as mais importantes e que gostariam de ver justificadas. -----

----- O voto seria contra o Orçamento, tal como era hábito, porque não se reviam nas opções do Executivo para a Junta de Freguesia de Santo António.-----

----- Em algumas partes era escrito de uma forma muito generalista, não concretizando muitas das situações quanto ao desenvolvimento dos próprios projetos e daquilo que se pretendia. Faltavam também alguns indicadores e metas, como já tinha sido referido e que parecia relevante.-----

----- Quanto às atividades propriamente ditas gostaria de fazer uma pergunta sobre o campo de jogos do Passadiço, uma situação que já se arrastava há alguns anos e que estava prevista a sua qualificação. Saber quando se previa o início das obras e a sua conclusão. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que as remunerações certas e permanentes estavam salvaguardadas, havia um aumento das horas extraordinárias porque elas foram aumentadas mesmo de base e teve que se ir por aí. Seriam reforçadas depois na revisão ainda com o encaixe de um ano para o outro.-----

----- Um dos aumentos que havia nos bens e serviços era exatamente aquilo que a Membro Maria Dalila Teixeira falou, era cara a segurança do ciberespaço e tudo aquilo que tinham que fazer para atualmente cumprir em relação aos dados. Quase todos os departamentos tinham que ter alguém, até duas pessoas, para fazer esse tipo de tratamentos. Havia também o aumento normal da inflação. -----

----- Podiam ir por duas vertentes em relação ao aumento da comunicação e da cultura e de tudo o que ali falaram. Era efetivamente um ano eleitoral, não ia negar, mas era também aquilo que achavam que tinha de ser feito e necessário para chegar aos fregueses porque, apesar de estarem cada vez mais facilitadas as vias de comunicação, não era fácil e tornou-se de alguma forma um hábito a comunicação e tinham essa coisa de querer comunicar bem. -----

----- Efetivamente havia um aumento, mas havia também um aumento dos preços de custo das peças de comunicação. Por exemplo, iam ter eleições em 2025 e teriam que fazer essas peças comunicacionais e havia um aumento de tudo.-----

----- Na cultura, havia um investimento maior naquilo que queriam fazer chegar à Freguesia e que era continuar na senda dos espetáculos, continuar a levar as pessoas aos teatros, continuar a ter um arraial. Tudo aumentou e iam aumentando também em função do aumento dos preços. -----

----- Era ano eleitoral e todos os preços aumentavam. Aliás, quem já esteve em qualquer executivo sabia que os próprios promotores e as empresas conheciam os ciclos eleitorais do país. Isso não era mentira nenhuma, era tentar de alguma forma com menos no total fazer mais e não deixar defraudadas as expectativas que havia.-----

----- O aumento na ação social, não podiam contar com "o ovo quando ele ainda não saído". Havia muitos apoios de muitas empresas, mas era porque elas queriam e tinham que dizer que sim. O cabaz era muito recheado porque felizmente os comerciantes nesse ano carregaram imenso nas ofertas e conseguiram fazer chegar mais matéria prima no cabaz porque eles deram, mas no próximo ano podiam não dar e não podia estar sempre a contar com eles. -----

----- No ano anterior pediram a uns e nesse ano não quiseram repetir. Houve algumas que repetiram porque ligaram a perguntar o que queriam nesse ano, porque efetivamente também viam o seu contributo chegar a quem mais precisava, mas não podiam estar sempre a contar com tudo. Iam usando a verba e poderiam ter que a usar toda.

Felizmente que nesse ano conseguiram um cabaz de Natal com poucos recursos da Junta e para quem estava atento às redes sociais, era um cabaz de Natal muito bem composto. -----

----- Ns reduções de gastos com pessoal havia pessoas que iam entrar para o quadro e pagava-se menos do que em recibos verdes. No ano anterior pensaram abrir uma série de concursos e que não abriram, que não se concretizaram, agora acabaram por não considerar essa despesa porque reduziram o número de concursos.-----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que em 2024 havia 3.448.000 para custos com pessoal e em 2025 iam reduzir quase um quarto, meio milhão de euros. Mesmo com essa explicação, que entendia, não era suficiente para isso. Perguntou se tinha contratos de avença classificados como despesas com pessoal, que retirou e meteu em aquisição de serviços especializados, podia ter sido isso, mas mesmo assim era muito dinheiro, era quase um quarto. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia uma coisa, as remunerações não eram certas e permanentes porque havia os que entravam e saíam. Estava previsto pelo Executivo reforçar a verba com a revisão do saldo de gerência. Estavam a fazer com o dinheiro que tinham nesse momento, mas entre março e abril tinha que ir a inclusão do saldo de gerência e aí equilibrava um pouco mais.-----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que também se podia justificar pelo facto de terem saído pessoas para a reforma e não se aumentar o quadro de pessoal, porque o quadro de pessoal não estava preenchido. Ainda tinha feito esse racional, se na redução de recursos humanos se justificava esse valor, mas não, era muito material. ----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que os serviços estavam a indicar uma previsão de reforço de 370 mil euros na inclusão do saldo de gerência. No resto havia reformas, havia saídas e também havia pessoas contratadas aos projetos que deixaram de entrar.-----

----- Sobre o campo de jogos do Passadiço, entraria em consulta de mercado em janeiro e previa-se que antes das férias da Páscoa conseguisse estar em execução de obra que também não era muito grande, era por aí mês e meio. Até à entrada do verão teriam o campo de volta.-----

----- Essa confusão toda tinha a ver com as obras que foram efetuadas na escola Ducla Soares e não era culpa da Câmara que a empresa não fosse... a obra até era do anterior Executivo, mas a Câmara também não tinha culpa que a empresa fosse o que era. Aliás, não aceitavam que a Câmara aceitasse a obra. Andavam a fazer recuperações dentro da escola de coisas que estavam mal feitas e cada vez que diziam estar feito a equipa da Junta ia lá ver e informava a Câmara que não estava apto para ser aceite. A Câmara ainda não aceitou a obra, nem libertou a garantia. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que essas dúvidas eram sempre salutares e interessantes para o debate, escrutinar isso com alguma valia técnica que tinham ali presente. Ainda bem, agradecia sempre esse trabalho que faziam pela Freguesia e que tecnicamente se calhar não era capaz de fazer. -----

----- Submeteu à votação a **Proposta nº 1643_AF referente a Documentos previsionais da Freguesia de Santo António (Lisboa) para 2025**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 7 votos a favor (PSD e CDS-PP), 4 votos contra (2PS, PCP e BE) e 1 abstenção (PS) -----

----- **Ponto 5 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 1644 AF referente a Proposta 1644 AF Mapa de pessoal da Freguesia de Santo António (Lisboa) para 2025;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 1644_AF referente a Proposta 1644_AF_Mapas pessoais da Freguesia de Santo António (Lisboa) para 2025**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, PS e CDS-PP) e 2 abstenções (PCP e BE)-----

----- **Ponto 6 – Informação Trimestral do Presidente;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por dizer que sendo essa a última Assembleia de Freguesia no Natal em que estariam, pelo menos consigo ali, queria agradecer esses natais passados em família ali nessa altura, essas festas e essas quadras, agradecendo o tempo que despendiam para fiscalizar e defender aquilo que eram os trabalhos da Freguesia. Era uma época bonita, de paz e amor e confraternização e era um gosto estar com todos ainda em mais três Assembleias de Freguesia, mas essa era a última de Natal e de aprovação do Orçamento enquanto Presidente da Freguesia. Foi um gosto passar ali esses natais com todos.-----

----- Por vezes poderia ter assim um ar de rezingão, mas gostava muito do que se fazia ali, do trabalho da Freguesia e de toda a envolvimento, uns eram contra, outros a favor, as abstenções. Gostava da discussão política, sempre tinha gostado desde miúdo.-----

----- À tarde tinha recebido uma mensagem de um dos eleitos da Assembleia de Freguesia a dizer que estava muito poético do texto. Era verdade, tinha-se inspirado um pouco mais porque era o último Natal e último Orçamento, era aquela coisa de poder mandar um texto mais pessoal e mais lírico.-----

----- Em relação aos últimos três meses de trabalho, era uma honra para si e para o Executivo mostrar de três em três meses o trabalho feito numa Freguesia que se tornou, graças ao trabalho de todos e não incluía só o Executivo, mas também os funcionários, as equipas, os colaboradores, as empresas contratadas e a Assembleia de Freguesia, que se tornou uma referência.-----

----- Tinha algumas mensagens de outros executivos e de outras Assembleias de Freguesia, não só da sua cor, mas de todas as cores, a dizer que efetivamente sabiam o que se passava ali, assim como sabiam aquilo que se passava na deles. Tinha colocado uma fotografia da Assembleia de Freguesia e a resposta foi que ali eram todos educados e santos. Respondera que eram educados, mas santos não conhecia ali nenhum porque não havia nenhum Santos, mas as coisas aqueciam. Na resposta disseram que ali se levavam as coisas de uma forma cordata, porque parecia que no dia anterior tinha havido alguns problemas numa Assembleia de Freguesia. Era o normal, os nervos estavam a chegar, havia uns que iam a eleições e estava um pouco mais liberto porque já não ia.-----

----- Os últimos três meses de trabalho culminavam nos últimos três dias com a distribuição a quem mais precisava. Era engraçado que agora olhava para isso e quando em 2005 Freguesia de São José começou a fazer cabazes isso não era tema, os apoios eram diferentes. Em São José tinham e a Freguesia do lado não tinha, São Mamede tinha e depois a outra mais abaixo já não tinha, mas atualmente era prática comum as 23 Freguesias terem esse apoio. Era bom saber que lá atrás começaram a fazer todos um caminho de evolução. A ação social, perdoassem a imodéstia pelas equipas que tinham a cargo, eram muito boas.-----

----- Fazendo uma referência se calhar diretamente à Membro Maria Dalila Teixeira, porque já tinha estado numa carga governamental, não percebia a razão de não olharem para o Espaço Júlia de cima. Era um exemplo pequenino, mas era ação social, era apoio, era a defesa da pessoa. Tiveram a visita da comissão da Assembleia da República e a pergunta era sempre a mesma, mas cada Governo também era verdade que ia lá,

perguntavam sempre porque não replicavam isso e só lhes podiam dizer que não sabiam. -----

----- Portanto, quando tinham isso num ambiente urbano tentavam dar o melhor e ajudar a Câmara e não era de agora, a Câmara e as Juntas trabalhavam em conjunto, umas vezes conseguia-se melhor e outras vezes pior. A altura do Natal foi complicada e mais complicada seria com o pré-aviso de greve de nove dias seguidos. Veriam o que ia dar, mas a equipa lá estava e não iria virar as costas à luta. Já durante o Covid não virou as costas à luta e, portanto, não era agora que isso iria acontecer. -----

----- Na comunicação tinham mais tempo de antena e não era pelos seus bonitos olhos, porque eles não iam ali pelos olhos do Vasco, iam sempre ali pelo trabalho das equipas. Tinham mais tempo de antena do que 70% das câmaras do país, era um trabalho extenuante e diário, como se via naquilo que iam levar para casa e que era o calendário, um trabalho interno das equipas.-----

----- Na cultura podia fazer imensos comentários, mas mais uma vez tinham os projetos da cultura a dar cartas, não só na Freguesia como para fora dela. -----

----- No desporto era o equivalente à necessidade das pessoas, havia desporto para mais velhos e desporto para mais novos, as pessoas iam caminhar e fazer coisas. -----

----- Na educação tinham elogios do Conselho Geral de Escolas. -----

----- No licenciamento tinham as outras Juntas a perguntar como funcionavam em termos de licenciamento. Não era atestado de incompetência aos outros, mas percebiam que havia um evento bom para serem indagados sobre a forma como funcionavam. ----

----- Os jardins com o uso por vezes iam-se um bocado mais abaixo, mas recuperavam. A manutenção do espaço público era uma realidade. Claro que não conseguiam estar em todo o lado e havia sempre aquela fotografia que aparecia no facebook ou nas redes sociais, mas isso era o normal. Por vezes até respondia às pessoas que conhecia que podiam ter mandado a fotografia às três da manhã porque estava acordado. -----

----- A Junta tinha uma porta aberta e uma coisa era certa, não sabia se tinham visto a peça do documentário sobre a posição dessa equipa e desse Executivo, que mesmo que a competência não fosse sua era da Junta, porque iam ser o veículo de caminho para onde fosse, mas ninguém saía dessa Junta com aquela resposta típica do "isso não é connosco, tem que ir para o outro lado". Tudo era com a Junta e era nisso que se tinham pautado nos mandatos que tinha a honra de estar à frente.-----

----- Nas Assembleias de Freguesia era uma honra para si estar ao lado de todos e ter ao seu lado enquanto Presidente do Executivo, ter o Executivo ao seu lado, porque isso só se fazia com todos. Dizia só a última frase do texto: "Esta Freguesia onde eu nasci, cresci e me fiz pai, homem, avô, perdi o cabelo e cresceram os dentes, efetivamente é a minha casa e será sempre esta, mas o meu regaço é Lisboa". A verdade era essa, era lisboeta de gema, menino da rua de Lisboa, tinha andado na penda do elétrico, a avó dava dinheiro para ir para a escola de elétrico e guardava o dinheiro para ir à terça-feira e ao sábado à Feira da Ladra. Podia dizer isso porque os seus filhos não estavam ali e os seus netos ainda não percebiam muito da poda. -----

----- Era uma honra estar ali com todos pelo menos até outubro de 2025. Depois os decisores do voto iriam decidir quem queriam ali. Dizia ali aquilo que tinha dito nos seus discursos quando sabia que era o último da época, que daria a cara por quem achasse que merecia dar a cara para a continuidade ou não da Freguesia no seu partido. Se não concordasse com o candidato não o iriam ver na rua de certeza absoluta, porque foram eleitos para defender Santo António e a partir do momento em que ganhavam as eleições eram de todos e tinham que defender todos. Era isso que procuravam fazer. ---

----- O Papa Francisco tinha a frase do "todos, todos, todos" e graças a todos, às Assembleias de Freguesia e aos Executivos que tiveram, essa era uma Freguesia humana. O seu obrigado e Feliz Natal. -----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse, em tom de bom humor, que o Senhor Presidente tinha tentado limitar a sua intervenção usando todos os argumentos, mas mesmo assim tinha algo a acrescentar. -----

----- Felicitou os trabalhadores da Freguesia pelo trabalho desenvolvido. Continuavam com o mesmo problema, que era não conseguir relacionar todo esse trabalho com os objetivos a que esse Executivo se propôs, mas pelo menos o trabalho ficava bem esmiuçado e quem quisesse saber o que os trabalhadores estavam a fazer ou fizeram ao longo de cada trimestre podiam ali consultar. -----

----- Confessava que ao começar a ler esse discurso de despedida tinha pensado que era a última Assembleia de Freguesia do Vasco e ele iria ser substituído sem ninguém saber, mas depois explicava que era de Natal e ficava mais descansado, porque apesar de tudo havia um certo compromisso para quatro anos que tinha que se manter até ao fim. -----

----- O que mais o tinha preocupado eram duas coisas. Andava à procura de fotografias, uma coisa que era importante nessa edição ilustrada, mas havia pouquíssimas, o Presidente da Junta de Freguesia só aparecia numa e num trabalho de grupo. Tinha ficado com a dúvida se não entrou numa versão Marcelo Rebelo de Sousa e era ele que estava ali a segurar folhas de costas na página 61, mas não era. -----

----- Depois tinha duas observações, porque tocava viola e não era desporto, tinham que dizer aos senhores da comunicação que tocar viola ainda não era desporto. Exigia algum exercício, mas não era desporto. -----

----- Esse relatório era sintomático do que aconteceu no Orçamento que acabaram de votar, o Senhor Presidente da Câmara não aparecia uma única vez. Estava tudo dito. ---

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** leu a **Ata em minuta** referente à presente reunião e submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Não havendo mais intervenções, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram vinte e duas horas e trinta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -
----- PRESIDENTE -----